

Tribunal dos Povos quer ver a outra página da história

Ivânia Vieira

É possível medir o grau de avanço da luta encampada pelas organizações populares na defesa de um novo projeto para a Amazônia? Segundo o padre Ângelo Pansa, sim. E o que se constata é o desafio de vencer o atraso. Na região há 17 anos, o missionário tem feito incursões diversificadas no cotidiano da vida dos amazônidas e um dos temas que mais o preocupa, hoje, é a enorme desarticulação entre as organizações do movimento popular. "É como se cada movimento estivesse tentando ser o salvador da Amazônia e sentisse ciúme do que a outra entidade consegue fazer bem feito", afirma. Membro do Tribunal Permanente dos Povos, Ângelo esteve em Manaus — ele reside em Belém —, para ouvir as entidades

e engiar apoio à solicitação de que seja realizado no Brasil, em 1992, uma sessão especial desse Tribunal, tendo como matéria de julgamento o genocídio dos povos indígenas. Se a sessão especial sai ainda não há respostas concretas, porém as colocações feitas por Padre Ângelo conseguiram, a curto prazo, surtir efeitos e causar incômodos entre líderes das organizações de movimento social que primam pelo personalismo e obstam o crescimento das ações destas. De olhar aguçado e corpo franzino, o missionário não constrói frases para meias interpretações e se mostra incansável nessa caminhada de descobrir elos e tecer uma enorme rede, na Amazônia, de solidariedade nas lutas que cada segmento popular trava. "Nós temos que ser um pouco mais idealistas, acreditar no nosso projeto", prega. Ele condena a prática brasileira da "lei de mercado — "que é a lei do mais forte" —, inclusive no setor intelectual e diz que, atualmente, é quase um fato cultural a exploração do homem pelo homem. São temas como esses que ele aborda na entrevista a seguir:

— A desarticulação das entidades populares na Amazônia tem sido por um motivo de preocupação para o senhor?

— É inegável que tem muitas entidades, muitas organizações preocupadas com a situação da Amazônia e procuram alternativas para tais problemas. Entretanto, a interligação de todos ainda não existe. Se não conseguirmos uma certa articulação corremos o perigo de que cada movimento busque a sua própria solução, isolando-se na luta e não encontrando respostas, porque ela depende de uma solução global. O que me parece é que essa desarticulação baseia-se em dois fatores. A distância, a dificuldade de comunicação nesta região, que independe da própria organização. É um outro, este, sim, depende deia, é o ciúme que uma entidade tem de que a outra faz. Cada qual gostaria de ser o lí-

"Nós precisamos ser um pouco mais idealistas. acreditar no nosso projeto"

der da campanha de preservação, de proteção disso ou daquilo, enfim, ser o salvador da Amazônia. O que vejo é cada movimento tentando ser o salvador da causa.

— O senhor considera esta postura, meia mesquiânica, um sinal de atraso por parte dessas organizações?

— Sim, porque isso influi no sentido em que imediatamente me posiciono, ou seja, um relacionamento quase antagonico entre os movimentos. Quer dizer, ele — o movimento — está querendo passar na minha frente, então devo apoiá-lo só até certo ponto. Essa postura cria dificuldades enormes para todos nós.

— O que pode ser feito, na sua opinião, para uma maior articulação dessas organizações e o real avanço de suas lutas?

— Precisamos tomar consciência de uma coisa. Sem a união de todos nunca iremos ganhar a batalha. Ou a gente se une e luta no mesmo sentido, com os mesmos métodos, numa única linha de ataque, ou corremos o risco de não conseguir resolver problemas já superados em outras regiões, em vários países. Devemos ser um pouco mais idealistas, acreditar que temos essa possibilidade, que o povo da Amazônia tem esse direito de luta. Caso contrário, se ficarmos nas diver-

gências, fracassaremos totalmente. Nós enfrentaremos um inimigo bem unido, que tem um único interesse — saquear e de pauperizar a Amazônia. O capital que investe aqui tem seu plano bem definido. Veja, por exemplo, que os governos que se sucederam têm sobre a região uma mesma visão: a Amazônia é um lugar que temos de ocupar, explorar, aproveitar e depois, quando estiver acabada, largamos.

— A própria política do governo não cria formas de desarticulação entre os povos, entre os militantes e os desumaniza?

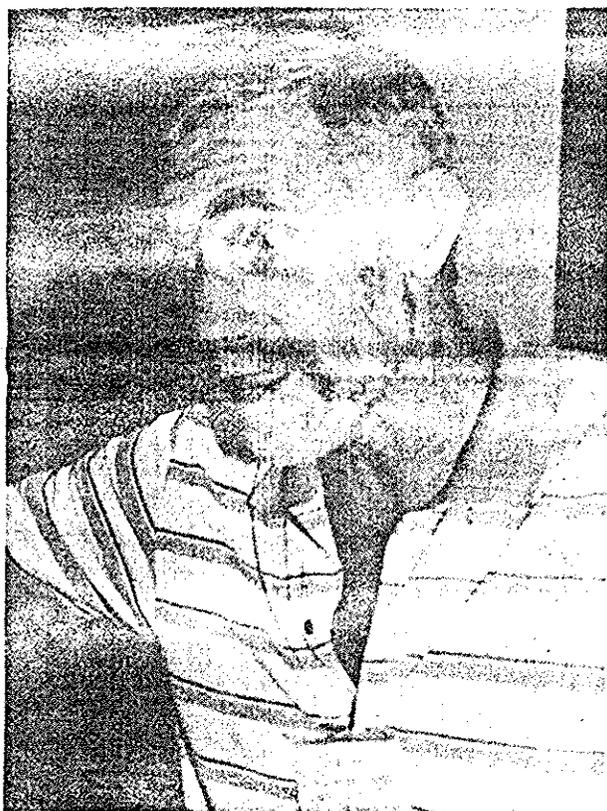
— São muitos elementos colocados nessa inda-

1990
7640

3

78

1



gação. Antes de tudo, a situação de miséria que existe aqui (na região), é planejada fora daqui, sustentada também pelo governo brasileiro que, na Amazônia, tem se preocupado com uma determinada coisa, que é explorar e saquear condicionado, por sua vez, a interesses mais amplos. Esse estado de miséria faz com que a pessoa, na medida em que consegue dar um passo — subir um degrau —, também passe a explorar. Não sei o que está acontecendo no coração dessa gente, mas quase sempre a exploração se torna um explorador do mais pobre. Isso também ocorre nos movimentos sindicais. Muitas vezes, quando um sindicalista que é o líder consegue uma posição de certa tranquilidade econômica, ele perde contato com a base, ela deixa de ser importante. Acontece nas CEBs, nos bairros. É todo um giro que quase não questionamos. Diz-se é assim essa situação não acontece ao acaso, é planejada. Se reavaliarmos tal comportamento à luz das histórias passadas, vemos que em outros países que viveram esse processo, so-

mente conseguiram revertê-lo na medida em que agüentaram firme na miséria e na pobreza e lutaram até a morte. Foi assim na revolução francesa, na revolução industrial da Inglaterra, na Europa inteira, no campeonato da Itália. O povo fincou o pé e decidiu enfrentar o inimigo.

— Pois é, mas aqui a escala social funciona. Aprende-se, desde o berço, que tem que subir na vida degrau por degrau...

— Também entrou na cabeça, nesses últimos 25/30 anos a famosa lei da economia de mercado, que, aliás está sempre na boca do presidente Collor e, em outras palavras, significa a

lei do mais forte. Quem manda é quem pode mais e isso vale para todos os setores. No meio intelectual, a gente tenta formar grupos de discussão numa comunidade e, nos primeiros momentos, eles costumam dizer "o senhor é que sabe". Há um elemento condicionador. Só após a conquista plena da confiança que se descobre isso. Por outro lado há, também, uma profunda honestidade desse povo, notadamente na Amazônia. A campanha eleitoral é uma prova disso. Outro dia, um rapaz me procurou para dizer que alguém lhe oferecera dinheiro em troca do seu voto e ele disse — "eu não quero votar nesse candidato, mas preciso do dinheiro, então tenho que votar nele". Ora, eu lhe disse, o voto é secreto. Tudo bem, você recebeu o dinheiro, basta foi ele que lhe deu. Coloca o dinheiro no bolso e vota em quem quiser. Crime, nese caso, quem cometeu foi quem quis comprar seu voto. Todos sabemos quantos, no País, se elegem usando essa estratégia.

E a igreja, no confronto com esses fatores, como é a sua participação no sentido de ser instrumento de alianças com os segmentos populares e não impor, por outro lado, as suas verdades?

— Bom, é preciso definir o que entendemos por igreja, porque me parece que as brigas e as discussões começam por aí. A situação da pobreza que está vivendo a América Latina, que é provocada voluntariamente e sendo assim é um crime, é algo que, perante Deus, é inaceitável.

Essa é uma idéia que deve sustentar algumas coisas concretas, como a minha postura diante dos que estão procurando tal situação. Se há alguém que

"Temos que acreditar numa coisa: sem união não venceremos a batalha".

há jurados, peritos, assessores, testemunhas que apresentam suas denúncias e vastas documentações. O Tribunal consegui, em 1988, influenciar o FMI a mudar, um pouco a sua atuação; no que se refere as questões ambientais, depois que o Fundo foi condenado por esse tribunal. Em 1990, em Paris, aconteceu uma sessão especial para a Amazônia Brasileira. O governo brasileiro foi considerado responsável e culpado por tudo que está acontecendo com os povos indígenas, os ribeirinhos; os sem-terra, os líderes sindicais. E, evidentemente, ele não foi sentenciado isoladamente. Tem os governos do primeiro mundo que financiam o governo brasileiro, condicionam a sua política e se aproveitam das riquezas do Brasil. A repercussão de uma sentença dessa, no âmbito internacional, é muito grande. O governo se sente, moralmente, condenado.

— **Havia uma denúncia de genocídio qualificado contra o governo do Brasil, por causa dos Ianomami...**

— A denúncia foi formulada pelo deputado Fábio Feldman. Mas, o governo se salvou dessa. A legislação internacional ao ser analisada, pelo júri do Tribunal, mostrou muitos furos. Entre as várias exigências que o Tribunal faz, num caso desse, uma delas é quase impossível de ser comprovada, que é a intencionalidade declarada por parte do agressor. O Tribunal considerou omissivo o governo brasileiro por não assumir medidas concretas e imediatas que garantam a sobrevivência dos povos indígenas. O fato do tribunal dos povos não ter julgado como genocídio qualificado revoltou muita gente que se sentiu meio traída por ele. Mas, o júri do tribunal, essas sessões especiais são atos muito sérios e a precipitação poderia levar ao descrédito. Se saísse a condenação, seria a primeira vez que um governo receberia a condenação por genocídio qualificado a nível internacional. Em 92, haverá mais uma sessão especial do Tribunal Permanente dos Povos. Gostaríamos que fosse no Brasil e tivesse, como matéria de julgamento, o genocídio dos povos indígenas. Já se passaram dois anos e, nessa área, nada mudou para melhor.

planeja, sustenta e mantém esse estado de coisas, eu devo ajudar a denunciá-lo, condená-lo e rejeitá-lo. Agora, quem vê isso do lado de fora, e diz que a situação do continente é contingente e escapa ao controle de qualquer um, do tipo está aí porque está aí, é uma outra visão. Não podemos dizer que os países do primeiro mundo têm consciência do crime que é a morte de milhares de crianças na América Latina, pela fome. Acho que a Igreja no Brasil já se engajou. Os documentos de Medellín e Puebla são claros: temos que fazer uma opção e nos colocamos na ótica do pobre. Como é que ele analisa a dívida externa, o problema da fome, da falta de escola, de transporte? Se conseguirmos, como igreja, avaliar e analisar toda essa situação, nossas decisões serão diferenciadas. Nós temos que tomar o partido desse pessoal, sermos solidários na sua luta. A cabeça da cobra que está engolindo a Amazônia não está aqui. Está no primeiro mundo.

— **Como funciona o Tribunal Permanente dos Povos?**

— Ele existe há uns 40 anos. É uma atividade momentânea de uma entidade, a Liga Internacional para os Direitos dos Povos, que se preocupa com situações onde os direitos dos povos não são respeitados. A pedidos de grupos ou entidades que trabalham nessa área, a Liga organiza um tribunal onde